

Caderno de formação

Junho 2006 n°7

Ação Política

Índice

Introdução	p. 2
I. AIC e ação política	p. 4
1. O que a AIC entende por ação política ?	
2. O processo de uma ação política da AIC	
II. As raízes da ação política para a AIC	p. 10
1. A ação política de São Vicente	
2. As Linhas Operacionais da AIC e a Ação Política	
3. A doutrina social da Igreja católica	
III. Como ter uma ação política	p. 19
1. Saber apresentar a AIC	
2. Conhecer as leis de seu país	
3. Trabalhar em rede com outras associações	
4. Participar de campanhas de sensibilização	
5. Apoiar-se nos objetivos do milênio para o desenvolvimento (OMD)	
6. A ação política internacional da AIC	
Conclusão	p. 39

INTRODUÇÃO

Durante a Assembléia Internacional de Santo Domingo, em fevereiro de 2005, a discussão em grupos de trabalho fez emergir, como conceitos fortes, a ação política, a coerência e a confiança. Estas três idéias foram votadas unanimamente como os novos caminhos da AIC que permitirão viver da melhor maneira as Linhas Operacionais.

A ação política em particular foi considerada como uma prática da Linha Operacional da corresponsabilidade social, votada na Assembléia de Nice, em 2002.

Hoje, em alguns países, a palavra « política » suscita, entre os cristãos, desconfiança e suspeição. Com efeito, a palavra « política » é mais freqüentemente compreendida em sua conotação pejorativa de « politicagem » do que em seu sentido, nobre e autêntico, de arte a serviço do bem comum de todos os cidadãos.

A Ação Política para nós da AIC significa agir nas instâncias públicas, a fim de estabelecer situações legais, econômicas e políticas justas, nas quais os direitos humanos sejam respeitados, as mulheres não sejam discriminadas e as pessoas, por si próprias, tenham a possibilidade de sair da pobreza e da exclusão social.

Neste sentido, a AIC é uma rede mundial de luta contra a pobreza e as desigualdades, sofridas pelas mulheres. Essa rede implantada é reconhecida e estimada pelas organizações internacionais importantes, tais como a ONU, o Conselho da Europa, a União Européia ou a UNESCO. Nestes organismos, graças às representantes AIC, as idéias, proposições e ações dos grupos locais de campo têm uma grande influência sobre os que tomam decisões. Por isso, é de vital importância que o trabalho de campo dos grupos da base chegue aos representantes, através de uma comunicação contínua e fluida, pois é esse o momento de fazer ouvir o clamor dos pobres, junto aos mais poderosos.

Os conceitos de caridade e de justiça caminham juntos e não podem ser dissociados da dimensão política. O amor ao próximo se revela ineficaz, se não tivermos a intenção de modificar as causas das situações nas quais ele se encontra, quer sejam situações de ordem social, cultural, econômica ou política. – São Vicente já o havia compreendido e usou de toda sua influência, junto à corte da França, para aliviar o destino dos mais pobres.

A Igreja é muito clara em sua doutrina ; lembremo-nos das palavras de Pio XI : « O domínio da política é o campo mais propício à caridade. Consiste a caridade política em um compromisso ativo e operante, fruto do amor cristão aos outros homens, considerados como irmãos, para um mundo mais justo e fraterno, com uma atenção particular às necessidades dos mais pobres » ; e Bento XVI acaba de lembrá-lo, em sua encíclica « Deus é Amor » : « *a doutrina social católica não quer conferir à Igreja um poder sobre o Estado... ela quer trazer sua contribuição, para que o que é justo possa ser aqui e agora reconhecido e também posto em obra* »(Deus é Amor, nº 28).

Os exemplos, que encontrarão, neste caderno, mostram como grupos AIC se engajaram, a partir de situações encontradas no trabalho de campo, em ações de sensibilização da sociedade e fizeram com que evoluísse a cultura, difundindo idéias de solidariedade, de justiça e de respeito pelos direitos humanos.

Desejamos vivamente que este caderno nos ajude concretamente na luta contra as pobrezaas, para transformar a injustiça em esperança e construir um mundo de paz.

Marina Costa

Presidenta Internacional AIC

M. Eugenia Artero

Responsável objetivo estratégico

« Ação política »

I. AIC e ação política

I.1. O que a AIC entende por ação política ?

« Para a AIC, ação política quer dizer AGIR junto aos diferentes organismos públicos (local, nacional e internacional), a fim de colaborar no estabelecimento de situações justas, tanto do ponto de vista legal quanto econômico e político. Isto significa agir para que os direitos de todos os homens sejam respeitados e que as pessoas possam por si mesmas sair da pobreza e da exclusão social. Trata-se de transformar as estruturas que são injustas, de fazer pressão sobre os que tomam decisões, para atuarem contra a pobreza, de exigir desses a aplicação das leis existentes, de apontar o dedo nos pontos fracos aplicados, de fazer proposições concretas inspiradas pelo trabalho da base, de denunciar as desigualdades e os abusos.

EXERCEMOS uma política cada vez que um grupo AIC (seja um grupo local, seja uma associação nacional, seja a AIC internacional) empreende, junto aos poderes políticos e às redes associativas, ações que visam a denunciar causas de pobreza encontradas no trabalho de campo, a melhorar a vida dos pobres, a obter que as mulheres não sejam discriminadas e a construir espaços da PAZ.

Por conseqüência, para a AIC, uma ação política não é fazer política mas, uma ação humanitária e social baseada em nossos valores vicentinos e fundada em nossa experiência, junto aos despossuídos, que se endereça às instâncias de poder decisório ; estas ações têm por fim mudanças sociais duráveis e fundamentais em prol dos mais pobres (pela política, isto é, pelos governos, parlamentos e autoridades locais).

Entretanto é preciso ter em conta que o acesso aos órgãos de decisão é mais fácil em uma democracia que funciona normalmente, mas que há governos nos quais uma participação da sociedade civil é difícil ou mesmo impossível

ou perigosa. Malgrado estas dificuldades, é possível agir localmente, colaborar com a Igreja, com outras associações ou com representantes locais de organismos internacionais, tais como UNICEF, UNESCO, PNUD, ...

Para as associações membros da AIC, que vivem em países precários, a troca internacional e a participação nas reuniões internacionais são muito importantes.

Existem ONGs internacionais como « Transparência Internacional » ou « Anistia Internacional » que testemunham anonimamente violações dos Direitos Humanos cometidas por certos governos.

É preciso saber também que a AIC tem o direito de denunciar estas situações e é solicitada por entidades internacionais como a Comissão dos direitos do homem ou o Conselho da Europa para enviar relatórios autênticos e anônimos.

Os grupos da AIC, que não podem agir em seu país ou que têm necessidade de um apoio internacional, podem transmitir à AIC Internacional as situações de violação dos Direitos Humanos, que constatem em suas ações.

Eis alguns exemplos de ações políticas da AIC :

Uma ação política local da AIC :

O projeto « Parteiras para a família » AIC Herne, Alemanha

Na Alemanha, há alguns anos a região de Nordrhein-Westfalen lançou um projeto piloto : «Parteiras para a Família ». O projeto financiava o acompanhamento de mães em situação difícil durante a gravidez e até um ano após o nascimento da criança.

A cidade de Herne, uma das mais pobres da região, se engajou neste projeto e o acompanhamento de mais de 100 mulheres foi um verdadeiro sucesso.

Todas as mães decidiram ser acompanhadas em sua gravidez. Após o parto, a maior parte manteve o filho em casa ; por isso lhe ensinamos como cuidar dele, como organizar seu lar, seu orçamento e, eventualmente, como encontrar um alojamento mais apropriado.

Os responsáveis pelo projeto, ginecologistas e pediatras assim como as voluntárias AIC, colaboraram estreitamente com os serviços de apoio social, para encontrar estas mulheres em dificuldade, mães solteiras, deficientes ou muito pobres, que haviam sofrido um ou mais abortos ou já haviam tido vários filhos, quase sempre de pais diferentes.

Bem que **uma documentação de cada caso e uma avaliação aprofundada** tenham provado o sucesso do projeto em três anos de funcionamento, a região interrompeu o financiamento e, assim, a cidade de Herne decidiu não lhe dar seqüência.

Entretanto nem os destinatários, nem os responsáveis pelo projeto estavam prontos para aceitar esta decisão. Dirigiram-se ao Comitê para a Igualdade das Mulheres que entrou em contato com os deputados do parlamento local, os representantes das partes políticas e as ONGs de mulheres da cidade, entre estas a AIC. No decorrer de uma primeira reunião, **os responsáveis e duas mães, destinatárias do projeto, explicaram a situação.** Uma das mães tinha ligeira deficiência mental, fora abandonada com uma criança prematura, com má formação cardíaca ; ela conseguiu comunicar quanto a ajuda recebida lhe era indispensável para aprender a educar sua filha que ela amava de todo coração e que se estava desenvolvendo magnificamente.

A decisão das participantes, na reunião, foi unânime : Era preciso manter o projeto e apoiar as mães e os responsáveis. Um grupo de trabalho de campo foi criado.

Uma parte do grupo lançou uma campanha de sensibilização da sociedade. Sustentada pela rádio e pelo jornal local, dirigiu-se ao grande público, paróquias católicas e protestantes, ONGs, clubes de esporte, médicos, hospitais, empreendedores e comerciantes. Uma gráfica financiou os folhetos. Houve milhares de assinaturas de apoio ao projeto (na AIC, foram recolhidas em nossos clubes de idosas e de mães).

Os outros membros do grupo se engajaram politicamente, lançando ações de lobbying junto à prefeitura, ao tesouro municipal e aos deputados. Esta ação foi apoiada pelas deputadas de todos os partidos.

Três meses mais tarde, o projeto foi novamente votado e aprovado por uma boa maioria. Ele funciona até hoje, sustentado pela Caritas, que empresta seu secretariado gratuitamente, e pelas voluntárias CKD/AIC, que têm intensificado sua colaboração no acompanhamento e na formação das mães.

Uma ação política nacional

Projeto de luta contra a fome, AIC Guadalajara-México

No México, a pobreza atinge 60% dos habitantes. Diante do desperdício de alimentos, reconhecido mas inaceitável, um grupo de comerciantes de Guadalajara e organizações civis e religiosas realizaram um sistema eficaz de redistribuição de alimentos não comercializáveis às pessoas desfavorecidas.

Assim nasceu o primeiro **Banco Alimentar da República mexicana**.

Depois 25 associações de serviço, entre as quais a AIC Guadalajara, participaram de uma campanha de sensibilização da população e dos poderes públicos.

Para financiar o projeto, organiza-se um evento anual « **O Banco da fome** ».

Por 100\$, oferece-se aos participantes um jantar composto dos alimentos consumidos pelos pobres do país : arroz e feijão, omelete, pimenta e água fresca. Esta ação tem tido um impacto importante sobre o país. Em novembro de 1994, após 3 anos de trabalho, obteve-se a promulgação da

« **Lei de doação altruísta de alimentos em Jalisco** » (estado da República mexicana, cuja capital é Guadalajara). O artigo 2 da lei estipula : « O desperdício de produtos alimentares em quantidade industrial é proibido em Jalisco, se estiverem em condições de serem doados a associações privadas, reconhecidas oficialmente ».

Esta iniciativa se deu em 20 de março de 2005, conforme um acordo federal chamado « Pacto alimentar para um México sem Fome », assinado oficialmente pelo Presidente da República mexicana.

Atualmente 51 Bancos alimentares trabalham em 29 estados sobre 31 da República do México. Segundo o último boletim de informação, foram recolhidas 51.000 toneladas de alimentos distribuídos a mais de 600.000 pessoas necessitadas.

Este projeto nos lembra a espiritualidade ativa e combativa de São Vicente de Paulo e seu engajamento político em prol dos pobres e excluídos. Este projeto é como uma ponte entre a abundância e a carência que religa o que tem muito àquele que não tem nada. Destes dois exemplos podemos tirar pontos comuns e definir « o processo da ação política » segundo a AIC.

I.2. O processo de uma ação política da AIC :

1° O ponto de partida

A constatação, por um grupo de voluntárias AIC, de uma situação de pobreza e de mudanças que podem aí ser implantadas

2° O fim a atingir

A transformação de uma situação de grande pobreza, por ex :

Criação de um projeto ou de um serviço social (posto de saúde)

ou a revisão de uma decisão jurídica, por ex :

Direito de asilo local para uma família migrante

ou a modificação ou a criação de uma lei, por ex :

Ações de pressão nacional, para criar ou melhorar a legislação, no que concerne à violência contra as mulheres

3º) Meios para que isso seja atingido

- Analisar a situação
- Conhecer as políticas sociais e a legislação em relação à ação
- Assegurar a participação ativa dos beneficiários
- Saber apresentar a AIC
- Passar bem nossa mensagem comum : « AIC : mulheres e pobreza
- Dar a conhecer os projetos em andamento, para que os que decidem possam inspirar-se neles
- Organizar o trabalho
- Criar redes, que sigam os mesmos objetivos por nós propostos, e delas participar
- Sensibilizar o grande público e, se possível, integrá-lo à ação
- Apoiar-se na mídia
- Conhecer o processo a seguir e contatar as pessoas com poder de decisão
- Participar das reuniões propostas pelos detentores de decisão e suscitar tais reuniões
- Preparar bem as ações de pressão e de lobbying
- Colaborar no seguimento da ação política
- Informar o secretariado da AIC da ação empreendida e dos resultados.

II. As raízes da ação política para a AIC

II.1. A ação política de São-Vicente

Em muitas ocasiões, São Vicente teve de intervir em questões políticas, para aliviar o sofrimento dos pobres. Ele se tornou, em sua época, um personagem público de grande influência. Durante sua vida, esteve em contato com reis, rainhas, ministros e primeiros-ministros, governadores e nobres, membros da alta hierarquia eclesiástica e até com o Papa. Com eles, tratou das questões eclesiásticas mas também de política nacional e internacional.

Ele apelava aos poderosos, para poder ajudar os mais pobres. Ele sabia que as decisões dos grandes afetam profundamente o bem-estar dos mais pobres. Pertencer ao Conselho de Consciência da Regente, a Rainha Ana da Áustria, mãe de Luís XIV, levou-o à ação.

Comovido pela miséria que via, decidiu-se a AGIR junto aos detentores de poder, porque, como em nossos dias, são as decisões políticas que desencadeiam a fome, as guerras e as calamidades.

Em sua época, muitas pobreza, na França, eram geradas pela política ambiciosa dos primeiros-ministros, o Cardeal Richelieu, seguido pelo Cardeal Mazarin.

Jamais teve receio de dirigir-se aos poderosos. Um dia, foi pedir ao Cardeal que se demitisse, em nome de Deus, pelo bem do povo francês já sem forças, pois era ele a causa primeira de tantos sofrimentos.

Uma outra ocasião, durante a guerra da Funda, Paris foi posta em estado de sítio, por 6 meses, pela armada real que esperava uma rendição por causa da fome. São Vicente testemunhou um tal desespero que decidiu EXERCER a ação política, para evitar esta catástrofe humana. Tentou convencer a Rainha Ana a abandonar uma situação tão cruel, destituindo o Cardeal Mazarin. Isto

o fez, pondo em perigo sua vida, pois poderia ser considerado traidor e ser executado.

São Vicente não obedeceu a nenhuma corrente política, mas parecia simpatizar com o « partido devoto » que tentava fazer cessar as guerras na França e lançar um programa de reconstrução nacional neste país em ruínas.

São Vicente, como padre, trabalhava sem parar na construção da PAZ. Neste sentido, formou seus padres. Orava pela PAZ e agia por ela. Esteve em Roma para falar, pessoalmente, com o Papa Inocêncio X, pondo-o a par da situação política que obrigava os franceses a viver o flagelo das guerras.

Interveio também na política internacional do Cardeal Richelieu, para que a paz fosse declarada em Lorena e na Espanha, ou para que socorresse a Irlanda católica, invadida pela Inglaterra protestante (cujas conseqüências persistem até hoje).

Em inúmeras ocasiões, diante da dramática situação dos prisioneiros tornados escravos pelas autoridades argelinas, tentou agir. Apelou a um oficial graduado da marinha francesa para libertá-los. Em outra oportunidade, dirigiu-se a um alto funcionário, para que os missionários da Congregação fossem nomeados capelães dos consulados franceses na Tunísia e em Argel, para prestarem socorro aos prisioneiros.

Finalmente, os missionários vicentinos exerceram os cargos de cônsules da França, na Tunísia e em Argel. Isto graças à Duquesa d'Aiguillon que comprou estes barcos e os cederam aos padres da Congregação.

Examinando suas ações, vemos que São Vicente:

- Atacava as causas que desencadeavam a pobreza.
- Não tomava partido nas rivalidades políticas. Mas « não tomar partido » não significava não intervir na política.
- Quando a justiça, a caridade e a compaixão diante do sofrimento o exigiam, « sua vocação pessoal de evangelizador dos pobres, e nada além

disso, levava-o a intervir nos negócios de caráter político » (P. Corera, Biógrafo de São Vicente)

- Praticava a caridade cristã unida a uma forte consciência social.

Como o fez São Vicente, a verdadeira caridade cristã de hoje deve ser social, deve optar pela justiça e operar nos meios econômicos, políticos e culturais que formam a sociedade. .

No século XVII, pensava-se que as estruturas político-culturais eram praticamente intocáveis. Porém, em nossos dias, podemos pôr em andamento uma outra ordem social e política, para que, de modo pacífico, « o empowerment » social dos pobres e a defesa de seus direitos sejam possíveis.

São Vicente trabalhava para que os poderes públicos de sua época compreendessem que o bem-estar emana da autoridade pública. Ele sensibilizou os homens políticos sobre seu dever moral em relação aos despossuídos. Assim, ele pôde fundar e fazer funcionar hospitais às custas do tesouro público.

A expressão « bem público » é de São Vicente. Ele a escreveu, com frequência, pois estava fortemente preocupado com o bem das coletividades sociais (prisioneiros, crianças, refugiados de guerra, etc).

Sobre os traços de São Vicente, o cristão vicentino deve prover, com urgência, as necessidades dos pobres, nossos irmãos em Jesus Cristo, e, ao mesmo tempo, à luz do Evangelho, ele deve tentar reformar as estruturas sociais injustas, a fim de não perpetuá-las nem mascarar as causas da pobreza. Ou seja, devemos ter: «um coração caridoso unido a uma consciência social » (P. Corera, C.M.).

Finalmente, podemos dizer que São Vicente de Paulo não era um homem político, mas um Santo, com todas as qualidades de um autêntico Homem de Estado.

II.2. As Linhas Operacionais da AIC e a Ação Política

Nossa divisa « lutar contra as pobrezaas e suas causas » nos levou a percorrer um longo caminho e, olhando o passado, damos conta das diferentes etapas vividas pela AIC :

- Da assistência à participação,
- Da Promoção à Autopromoção,
- Da Cultura da Solidariedade ao Empowerment,
- Das Ações de denúncia e de pressão sobre as estruturas à Transformação dos pobres e da Sociedade,
- Do Reforço Institucional à Corresponsabilidade social e ao Trabalho em Redes.

Hoje nossas linhas operacionais são :

- A corresponsabilidade social
- O empowerment
- O reforço institucional

Da corresponsabilidade social à ação política

Em nossa assembléia de Santo Domingo, em 2005, o Superior Geral dos Lazaristas, em sua fala, lembrou-nos que: « A AIC percorreu um longo caminho na compreensão da caridade, passando da atitude « paternalista » ou « maternalista » a uma caridade que visa ser uma força libertadora e transformadora da vida de « nossos senhores e mestres ».

Somos chamados a empreender ações, especialmente, « **ações políticas** », para erradicar as causas da pobreza e unir-nos, solidariamente, pela justiça, em prol dos pobres, pois estes são empobrecidos social, política e economicamente pelos sistemas injustos criados pelos corações egoístas dos homens (Padre Gregory, Ass. Santo Domingo 2005).

A corresponsabilidade engaja-nos em ações políticas que propõem uma ordem política e social que respeite a dignidade e os direitos de todos e, sobretudo, dos mais pobres e que contribua na busca do bem-comum.

Para termos credibilidade, nossas ações devem ancorar-se em situações concretas de pobreza, encontradas em nossos projetos AIC ; então poderemos promover ações de pressão e de colaboração de larga envergadura, para influenciar as estruturas, quer seja da família, da Igreja, da sociedade ou dos grandes organismos internacionais.

É um desafio político e cultural que nossas linhas operacionais nos engajam a pôr em marcha.

III.3. A doutrina social da Igreja católica

Levar a boa nova aos pobres

Os estatutos da AIC a ela se referem, nós a citamos em nossas Linhas Operacionais, ela é a base de nossas ações e o motor importante que nos impulsiona a transformar a injustiça em justiça. Mas, sinceramente, conhecemos esta Doutrina social ?

Designa-se Doutrina Social o conjunto de textos da Igreja católica que descrevem sua posição em matéria social. Essa doutrina, no fundo, é uma interpretação da Bíblia sobre a ação social e política dos membros da Igreja católica. Provém da reflexão dos Papas, das conferências episcopais, dos pesquisadores, das instituições especializadas mas também dos Santos e Santas e, sobretudo, da palavra e da ação dos Cristãos e Cristãs engajados no contexto social.

Considera-se que o texto fundador está na Encíclica Rerum Novarum (coisas novas) do Papa Leão XIII (1891), respondendo às questões ardentes postas pela industrialização do séc. XIX. Ela não constata um status quo, mas dá linhas operacionais críticas, orientadas à ação social e ao desenvolvimento

das estruturas comunitárias.

Com a Doutrina Social, « *A Igreja não propõe sistemas ou programas econômicos e políticos. Mas ela é « perita em humanidade », e isto a impulsiona necessariamente a estender sua missão religiosa aos diversos domínios, onde os homens e as mulheres desenvolvem sua atividade em busca da felicidade, sempre relativa, que é possível neste mundo, em conformidade com a dignidade da pessoa»* (Sollicitudo Rei Socialis, 1987).

Desenvolvendo uma doutrina social, a Igreja convida os Cristãos a lutar contra os males e suas causas, que desfiguram o homem, porque não há Caridade sem justiça. A Caridade caminha além da justiça, porém esta última é uma condição essencial, pois é, ao mesmo tempo, caridosa e social. Seu objetivo é assistir os pobres mas também construir um mundo onde todos os homens possam viver uma vida completamente humana.

A Doutrina Social relaciona a pessoa e a sociedade, à luz do Evangelho. O Cristão pode encontrar, na doutrina social, os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as diretrizes de ação que lhe permitirão interpretar a realidade atual e buscar vias apropriadas à ação.

Ela se inspira na lei natural, definida pelos 10 mandamentos e pelas regras éticas dos povos, através das culturas e religiões. Ela põe o fundamento moral indispensável para edificar a comunidade dos homens (catecismo da Igreja Católica, 1960).

Baseados na lei natural, os princípios permanentes da Doutrina Social constituem os verdadeiros fundamentos do ensino social católico ; estes princípios são os seguintes : a dignidade da pessoa, sobre a qual repousam todos os outros princípios e conteúdos da Doutrina Social, o bem-comum, a subsidiariedade, a participação, a solidariedade, os valores fundamentais da vida social e a caridade.

Estes princípios constituem parâmetros de referência para a interpretação e avaliação dos fenômenos sociais ; eles fornecem critérios de discernimento

sempre atualizados pela conduta da ação social em todo domínio : o trabalho, a família, a vida econômica, a comunidade política e internacional, o entorno e a promoção da paz.

A Doutrina Social define a ação pastoral no domínio social e o engajamento dos fiéis leigos, lançando um apelo determinado à construção de uma « civilização do amor ».

As palavras chaves

O princípio da dignidade da pessoa : « *Considerando que no rosto de todo homem resplandece algo da glória de Deus, a dignidade do homem diante de Deus constitui o fundamento da dignidade do homem diante dos outros homens*» (Gaudium et spes, 1966)

O princípio do bem-comum: « *Conjunto de condições sociais que permite, tanto aos grupos quanto a cada um de seus membros, atingir sua perfeição, de um modo mais completo e cômodo. Exige, pois, o respeito e a promoção da pessoa e de seus direitos fundamentais* » (Gaudium et spes 1966)

O princípio subsidiário é uma máxima política e social, segundo a qual a responsabilidade e a liberdade individual têm prioridade sobre a intervenção e o recurso ao Estado. Ao contrário, os problemas que excedem as capacidades de uma pequena entidade devem ser confiados ao escalão superior que a subsidia (= « subsidiário », sob apoio, palavra de origem latina). Este princípio, também chamado « princípio de ajuda », afirma que é um erro contra a moral e a caridade deixar que um nível mais elevado faça o que poderá ser feito por um nível mais baixo, porque, assim, este último será privado de fazer tudo que possa executar. Encontrando sua origem na doutrina social da Igreja católica, é um dos princípios centrais da União Européia.

O princípio da participação « *é a consequência característica do subsidiário que se expressa, essencialmente, em uma série de atividades, através das quais o cidadão, como indivíduo ou associado a outros, contribui com a vida cultural, econômica e política da comunidade a que pertence* » (Gaudium et

spes, 1966). « *A participação é um dever que todos devem, conscientemente, exercer, de uma maneira responsável, visando ao bem-comum* » (Catecismo da Igreja Católica). Nesta perspectiva, torna-se incontornável a exigência de favorecer, sobretudo, a participação dos mais pobres.

O princípio de solidariedade : « *Este não é um sentimento de compaixão vago ou de ternura superficial em relação aos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é uma determinação firme e perseverante de trabalhar pelo bem-comum de todos e de cada um. Uma tal determinação se fundamenta na firme convicção de que o desenvolvimento integral é impedido pelo desejo de tirar proveito e pela sede de poder. Bem entendido o valor da graça divina, estas atitudes e estruturas de pecado só podem ser vencidas pela adoção de atitudes diametralmente opostas : despojar-se pelo bem do próximo, estando pronto, no sentido evangélico do termo, a perder-se pelo outro, em lugar de explorá-lo, e a servi-lo, em lugar de oprimi-lo, para seu próprio proveito* » (Sollicitudo Rei Socialis, 1987).

A Doutrina Social, além dos princípios que devem presidir a edificação de uma sociedade digna do homem, indica também os valores fundamentais. Todos os valores sociais são inerentes à dignidade da pessoa, por favorecerem o autêntico desenvolvimento, e são essencialmente : a verdade, a liberdade, a justiça e o amor » (Catecismo da Igreja Católica). Estes valores constituem pilares que asseguram a solidez e consistência do edifício da vida e da ação : são valores que determinam a qualidade de toda ação e instituição social.

A Caridade : *Entre os valores sociais e a caridade, existe um elo muito forte que deve ser sempre mais profundamente reconhecido. Só a caridade pode animar e modelar a ação social em direção à paz, no contexto de um mundo sempre mais complexo. Para que assim seja, é preciso fazer o necessário, a fim de que a caridade apareça como inspiração de uma ação individual e também como força capaz de suscitar novas vias, para enfrentar os problemas do mundo de hoje e renovar profundamente o interior das estruturas, as*

organizações sociais, as normas jurídicas. Neste sentido, a caridade se torna social e política. A obra de misericórdia, graças à qual se dá resposta aqui e agora a uma necessidade real e urgente do próximo, é indubitavelmente um ato de caridade, mas o engajamento em organizar e estruturar a sociedade de modo a que o próximo não tenha de encontrar-se na miséria é totalmente um ato de caridade indispensável(Compendium da Doutrina Social da Igreja).

Com esta introdução sintética, queremos convidá-las ao estudo dos textos da Doutrina Social, para descobrir sua riqueza e para orientar suas ações sobre seus princípios, que São Vicente já havia feito seus.

Começamos convidando-as a uma reflexão sobre um ou outro destes princípios que lhes são já familiares, como a solidariedade : discutam entre vocês, busquem as fontes no Evangelho, convidem especialistas, consultem a Internet.

O objetivo primeiro destas linhas é de encorajá-las e motivá-las à ação política, como diz a Encíclica Sollicitudo Rei Socialis, 1987: «*A obrigação de consagrar-se ao desenvolvimento dos povos é um imperativo para todos e cada um dos homens e mulheres* ».

Textos de referência

- Vocês encontram, no site do Vaticano, a integralidade dos grandes textos que marcaram a doutrina social da Igreja católica (www.vatican.va).
- Compendium da Doutrina social da Igreja. Jean-Charles Descubes, Renato Raffaele Martino, Angelo Sodano. Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2004. Cerf. ISBN 2204078875
- Ten Foundational Principles in the Social Teaching of the Church: Father Robert P.Maloney, C.M., Paris March 1999
- Catholic Social Teaching – A Way In: Stratford Caldecott, 2001

III. Como ter uma ação política

III.1. Saber apresentar a AIC : aprender a « tirar boas cartas »

A ação política implica demandas junto aos detentores de poder locais, nacionais ou internacionais, importa, então, saber apresentar nossa associação.

Para suscitar o interesse e ser ouvido ou lido, eis um princípio de base :

Pôr-se no lugar de seu interlocutor e perguntar-se : *O que lhe interessa ?*

E ter sempre um exemplo concreto para dar.

Em função da resposta, escolher entre os elementos essenciais (porque não se pode dizer tudo). A AIC é:

Identidade :

- A Associação Internacional das Caridades
- Uma associação internacional,
- Uma ONG, organização não-governamental
- Uma OIC, organização internacional católica

Composição :

- Uma rede de associações nacionais presentes em 52 países ;
- 200 000 voluntários/benfeitores, principalmente mulheres

Objetivo :

- Luta contra a pobreza das mulheres, conforme as necessidades detectadas no trabalho de campo,
- Através de empowerment, corresponsabilidade, trabalho em rede

Ações :

- 18 milhões de horas de benemerência por ano
- Entre outros : 1125 projetos de promoção para as mulheres
- 450 projetos de atividades criativas de rendimentos
- 525 projetos de educação e formação

História :

- São Vicente de Paulo fundou o 1º grupo, na França, em 1617.

Exemplo concreto :

- Em nossa cidade, abrimos um centro de nutrição para mulheres desposuídas, que vêm 3 vezes por semana aprender a alimentar melhor seus filhos...

TENTEMOS!

Quando se tem muito pouco tempo :

A AIC está presente em 50 países, reúne 200 000 mulheres voluntárias que lutam contra a pobreza ao lado das mulheres mais pobres.

Num ambiente confessional ou de simpatia

A AIC, fiel à missão confiada por São Vicente de Paulo, seu fundador, em 1617, objetiva : lutar junto contra todas as formas de pobreza das mulheres, quer sejam econômicas, sociais, espirituais ; por exemplo, em nosso país nós fazemos : ...

Para uma informação mais geral :

A AIC agrupa mulheres benfeitoras de todos os meios sociais, que lutam contra a pobreza, particularmente a que atinge as mulheres.

O que é interessante é que, havendo 50 associações constituídas, nos diversos continentes, ela conseguiu criar uma identidade AIC pela partilha das

competências e das culturas, da solidariedade, da formação de uma verdadeira rede. É uma ONG internacional, o que quer dizer que ela é representada nos diversos organismos intergovernamentais, onde ela repercute a voz dos despossuídos. Está, assim, em contato com uma reflexão internacional que a incita a evoluir. A AIC tem ações muito variadas, por ter sempre uma resposta às necessidades detectadas no trabalho de campo ; com as mulheres e famílias, por exemplo, ela conduz 1125 ações de promoção e, em nosso país (ou nossa cidade), depois de pouco tempo, temos uma ação de ponta : ...

Para quem decide, nacional ou localmente, para o representante de um país, em uma organização internacional :

A AIC está presente em 50 países, onde luta contra a pobreza. Em nosso país, temos tal tipo de projeto, segundo necessidades detectadas, no trabalho de campo, pelas próprias mulheres despossuídas. O objetivo de nossa associação é o empowerment das mulheres, através, principalmente, da formação e do acompanhamento duradouro. A AIC já teve contatos, conforme soube, com tal ministério(administração)...

Com o representante de um organismo intergovernamental :

A AIC está presente em 50 países. Objetiva lutar contra a pobreza das mulheres, de acordo com as necessidades detectadas, no trabalho de campo. Está representada em : ECOSOC, UNESCO, Conselho da Europa... A AIC está em sintonia com os domínios de competência(objetivos), nesses organismos. Por exemplo, nos domínios de educação/formação, temos 525 projetos ; mas temos, também, nos domínios de identidade cultural, de empowerment das mulheres e de desenvolvimento comunitário. Por outro lado, a AIC foi representada em tal simpósio ou foi financiada por tal programa do organismo...

E SEGURAMENTE PORTAR SEMPRE PARA PODER DAR-LHES :

- Um cartão de visita
- Um folheto ou ao menos uma breve apresentação da associação nacional e/ou local (Presidenta, responsáveis, sede, nº da conta, nome de grupos e voluntárias, projetos, data de fundação...)
- Um projeto importante ou inovador, se possível, com fotos
- O folheto e/ou o relatório da AIC Internacional.

III.2. conhecer as leis de seu país

Em nossos projetos AIC, diante de uma situação de pobreza, as voluntárias e os destinatários tentam identificar a situação de pobreza, definir juntos os objetivos pretendidos e, se for o caso, participar juntos das ações empreendidas.

Ademais, é preciso que as voluntárias se informem e conheçam as instâncias políticas da localidade (prefeituras, Conselhos regionais, etc), onde as decisões são tomadas, para mudar esta situação injusta.

Verdadeiramente importa entrarmos nas instâncias políticas, para que nossas propostas concretas, saídas de nosso trabalho de campo, sejam adotadas nestes locais de decisão. Certamente as políticas não têm trabalho de campo, só conhecem a realidade através dos outros. São as voluntárias, melhor que ninguém, que conhecem a realidade da pobreza. Devem, pois, denunciar... propor, vigiar...

São elas que precisam entrar nestes órgãos de decisão, o que nem sempre é fácil. Apresentar os projetos, que marcham, aos responsáveis dos serviços sociais, inaugurar um novo centro, convidando autoridades, obter um artigo na imprensa sobre o trabalho efetuado são bons meios de entrar em contato com os que decidem e, assim, exercer influência.

É preciso que elas tenham à disposição um bom material de apresentação da AIC e de sua Associação nacional (boletins, relatórios de atividade, fotos, folhetos, etc.). Seu trabalho nos organismos públicos e nas redes será facilitado.

Para exercer com eficácia sua ação política, elas devem ser bem formadas e informadas. É preciso que se informem e conheçam as leis de seu país e as políticas sociais em vigor. Cada vez mais devem estar a par das leis que, em outros países, contribuíram para transformar as situações injustas e de discriminação social e, em prol das necessidades dos pobres, combateram e preveniram a violência e os maus tratos.

São as voluntárias que, melhor que ninguém, conhecem a realidade da pobreza. Elas devem denunciar, propor, vigiar...

O bom conhecimento das leis e das políticas sociais de seu país lhes permitirá melhor preparo para :

- Transformar as estruturas injustas.
- Informar os pobres de seus direitos.
- Denunciar os abusos.
- Defender os direitos dos pobres, COM eles.
- Fazer pressão sobre os que tomam as decisões.
- Exigir a aplicação das leis existentes.
- Vigiar os órgãos públicos.
- Facilitar o empowerment das voluntárias e dos beneficiários.
- Conhecer os vazios legislativos existentes e saber onde a legislação é insuficiente.
- Saber se existe uma perspectiva de gênero nas leis e políticas sociais de seu país.

Um exemplo da AIC Peru sobre a importância que há para as voluntárias ao conhecer as leis :

Há alguns anos, no Peru, votou-se uma lei que dispensava longas filas de espera, nos diversos serviços públicos, a idosos, deficientes, grávidas e pessoas com bebês. Como sempre não foi aplicada. Vendo isto, um grupo de voluntárias vintenas fez várias fotocópias da publicação oficial da lei, enviando-as aos idosos, com os quais trabalhava, para que eles próprios pusessem em prova e pudessem exigir, de imediato, seu direito de serem atendidos. Isto lhes trouxe a confiança necessária para fazê-lo. Atualmente, nos estabelecimentos, existem guichês especiais para estas pessoas. Como um ato tão simples, ou seja, o conhecimento da lei , através de uma cópia, pôde ajudar tantos idosos ?

Portanto é preciso conhecer as leis existentes, mas é preciso também analisar quais são os direitos não incluídos nestas leis, cuja falta origina situações injustas e inúmeras pobreza. Poderemos, então, ir mais adiante e fazer pressão, para que as leis, que preenchem este vazio legislativo, sejam promulgadas. Ademais, pode ser útil conhecer leis que, em outros países, contribuíram para transformar as situações injustas e de discriminação social, para, em prol dos pobres, combater e prevenir a violência e os maus-tratos. Para tudo isto a rede AIC de que fazemos parte é uma grande ajuda.

III. 3. Trabalhar em rede com outras associações

Com freqüência não podemos conduzir ações políticas com nossas próprias forças AIC ; logo é importante sensibilizar os que podem trabalhar como nós o fazemos : as outras instituições, os governos locais, as ONGs defensoras das mesmas causas, o maior número possível de entidades e de pessoas, sabendo que, quanto mais pessoas implicadas, melhor será. Com efeito, o trabalho em rede torna a tarefa menos árdua, enquanto a qualidade melhora. Há troca de experiências. Isto nos abre várias portas, aumenta o leque de nossos alvos e, quando chega o momento de exercer qualquer pressão, nossa voz tem mais chance de ser ouvida pelos órgãos públicos.

Nós o sabemos por experiência, diante de uma situação de pobreza, no começo, a ação se dá no setor privado, sensibilizando os que nos rodeiam, depois nós nos abrimos e nos unimos aos outros, graças ao trabalho em rede. Somente após esta etapa, quando estamos unidos por uma rede e podemos exercer mais facilmente uma pressão, é que atingimos o setor público. Efetivamente, é muito difícil entrar, diretamente, neste setor.

Assim, para exercer mais facilmente uma « ação política », procuramos outros parceiros que busquem o mesmo objetivo nosso. Pode tratar-se de outras associações, da igreja local, dos meios de comunicação, dos governantes

locais ou regionais, dos ministérios, da sociedade civil, etc. Em outros termos, criaremos REDES ou delas participaremos.

Sabemos quanto é difícil defender, no mundo de hoje, não só nossos direitos como os dos outros, individualmente. Por esta razão, precisamos unir-nos com outras entidades que busquem os mesmos fins (e os mesmos objetivos) que nós. Ficamos mais fortes unidos e temos melhores condições de sermos ouvidos e maior poder de convencer os outros.

É muito bom trabalhar em rede, porque, nesta união, superamos os obstáculos, ganhamos tempo, partilhamos os problemas e pensamos juntos nas mais variadas e possíveis soluções a desenvolver. Trabalhar em REDE é uma força propositiva que pode mudar situações de pobreza.

Precisamos buscar e reconhecer as redes que funcionam em nossa localidade ou em nosso país.

Algumas precauções para criar uma REDE ou dela participar :

Uma REDE é um grupo de instituições ou entidades que querem atingir os mesmos objetivos, que se coordenam, para agir juntas e realizar um projeto comum.

Uma condição indispensável do trabalho em rede é conhecer bem nossa identidade AIC e nossos objetivos.

Antes de entrar em uma REDE, seria preciso estudar seus Estatutos, se os houver, e seus objetivos.

Os objetivos devem ser claros e conhecidos por todos os componentes da Rede.

Nenhuma das organizações ou entidades deve perder sua autonomia, ficar subordinada às outras, pois não deve haver nenhum tipo de dependência.

Tratar-se-á de um apoio recíproco, entre as entidades, e também de conhecer os limites e as possibilidades de cada uma.

É preciso refletir sobre o que se espera da Rede.

A definição da colaboração e do aporte de cada organização ou entidade, que compõe a Rede, deve ser suficientemente clara.

É primordial que a informação seja partilhada.

Se nos ligamos a uma rede, é preciso estimar o impacto das ações empreendidas no conjunto.

(Quanto maior a Rede, mais importantes e maiores serão os efeitos de sua ação sobre a comunidade ou sobre os órgãos públicos).

Será preciso que a Rede funcione de modo democrático, sobre a base do consenso, do respeito, da confiança e transparência, no que se refere à administração dos recursos.

Para reforçar a Rede, é indispensável que cada um faça, regularmente, uma avaliação (podemos propor a análise FODA para a própria rede e para cada organização que a compõe).

Exemplos de colaboração e de trabalho e Rede, nos grupos da AIC :

A **AIC-Espanha**, as voluntárias de Barbate (Cadix) e a organização Manos Unidas (« Mãos Unidas »), com a qual colaboram, manifestaram-se, conjuntamente, para pedir ao governo espanhol a anulação da dívida externa dos países mais pobres e a contribuição de 0,7% do PIB, para ajudar o desenvolvimento desses países.

A **AIC-Ecuador** - as voluntárias de Guayaquil trabalham em Rede. Tudo começou quando, em 2004, a municipalidade propôs aos que trabalhavam com os idosos (Igreja, instituições públicas e privadas, fundações, ONGs, etc.) que se reunissem, para trabalhar juntos. Todos receberam os conselhos de profissionais. Os beneficiários das várias instituições foram convidados. Pediu-se a estes que dissessem que desejos e necessidades tinham. Seguiu-se um longo processo de análise sobre tudo que diz respeito aos cuidados com os idosos, o Plano Cantonal para Pessoas Idosas foi lançado, com o slogan « Façamos uma cidade para todos ». As voluntárias vicentinas fazem parte desta grande Rede

de Pessoas Idosas, que encoraja a participação, desenvolve estratégias de comunicação, que se destinam a valorizar e a respeitar estes idosos. Esta Rede trabalha igualmente com a integração familiar, com a melhoria das condições de saúde, em geral. Atualmente as voluntárias estão prestes a trabalhar com um grupo de mulheres muito pobres, cuja maior parte é analfabeta. Fazer parte desta rede abriu às voluntárias os caminhos, que permitem desenvolver, avançar e melhorar a qualidade de seu trabalho.

Estes exemplos mostram bem que, unidas às outras organizações por uma Rede, torna-se mais fácil :

- Sensibilizar nossos concidadãos e os governantes.
- Transformar as situações de pobreza.
- Participar dos “lobbies”.
- Exercer uma pressão social.
- Exercer a participação cidadã (coleta de assinaturas, marchas, campanhas, celebrações do 25 de novembro, etc.).



Não nos esqueçamos de que

A AIC é uma rede que luta contra a pobreza e a exclusão social, presente em 52 países. Pertence à Família Vicentina, com seus diversos ramos.

A AIC pertence a diversas redes internacionais – ver a entrevista das representantes).

Escutemos o Papa Bento XVI em sua Encíclica « Deus Caritas Est » (Deus é Amor)

(28) « Igreja não pode nem deve empreender, por si mesma, a questão política de realizar a sociedade mais justa possível. Ela não pode nem deve substituir o Estado. Mas ela não pode nem deve ficar mais à margem da luta pela justiça».

(29) « Se bem que as manifestações da caridade eclesial não possam ser confundidas com a atividade do Estado, é inegável que a caridade deve dirigir toda a existência dos fiéis leigos e, por consequência, sua atividade política, vivida como “caridade social” ».

III.4. Participar de campanhas de sensibilização

A ação política pode também tomar a forma de campanhas de pressão, pela assinatura de petições ou pela participação em marchas ou manifestações.

Se respondermos pessoalmente, sob nossa qualidade de cidadã, estamos livres em nossas escolhas ; mas, se respondermos em nome de nossa pertença à AIC, algumas precauções se impõem e se aproximam das que vimos em relação a integrar uma rede. Nossa associação AIC, local ou nacional (conforme a demanda em questão), concorda ?

O objeto da petição ou da marcha busca melhorar a situação de pobreza que encontramos no trabalho de campo e sobre a qual estamos bem documentadas ? Caso contrário, que razões nos levam a essa associação ?

Que proposta concreta avançou ?

Quais são nossas prioridades do momento ?
Temos bastantes voluntárias para investir
nesta nova demanda ?

Conhecemos o grupo ou as pessoas que
estão na iniciativa dessa demanda ? Haverá
uma adesão nossa aos seus objetivos ?

Exemplo de campanha de sensibilização pela AIC- Inglaterra

Em seguida a uma visita do Padre Geral, o grupo
AIC-UK se associou à família vicentina para tra-
balhar junto, nos bairros desfavorecidos, para
desenvolver sua espiritualidade comum e trabal-
har por mais justiça ; a coordenação está garan-
tida por uma filha da caridade.

Vejam www.vmp.org.uk

**Stop ao tráfico de seres humanos : em dezembro
de 2005**, a União Européia aprovou, por unanimi-
dade, um plano de ação, para combater o tráfico
de seres humanos ; o Reino Unido também se
associou, como membros da comissão católica
Justiça e Paz, nós participamos desta campanha
com a Família Vicentina.

Que esta frase de São Vicente nos ajude, quando
refletirmos sobre a oportunidade de fazer tal ou
qual ação política : « *não só fazer o bem, mas
fazê-lo bem* ».

**Participar de
campanhas
de pressão**



III.5. Apoiar-se nos objetivos do milênio para o desenvolvimento (OMD)

Os Objetivos do Milênio para o desenvolvimento (ODM) e os alvos a eles associados derivam da Declaração do Milênio, assinada, em setembro de 2000, por 189 países, dos quais 147 representados pelos seus Chefes de Estado (www.un.org/french/documents/ga/res/55/a55r002f.pdf – A/RES/55/2). Os objetivos e alvos são interdependentes e devem ser considerados como um todo. Representam uma parceria entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, todos resolvidos, como diz a Declaração do Milênio, a « criar, nacional e mundialmente, um clima propício ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza ».

E por que os ODMs são importantes para nós, voluntárias AIC ?

Os ODMs não são uma declaração de intenção, mas constituem direitos concretos, por exemplo, à educação.

Pela primeira vez, os chefes dos governos se engajaram em sua realização, até uma data limite concreta – 2015

Não apenas o **objetivo 3**, mas todos os concernentes **às mulheres**, pois estas representam 70% dos pobres, com uma taxa crescente, além de serem desfavorecidas no acesso à educação, ao trabalho, à liderança, ao tratamento médico e, com freqüência, à nutrição. Em muitos países, elas são mais afetadas pela AIDS e têm menos acesso ao tratamento. Como responsáveis por suas famílias, elas sofrem mais pela degradação do meio ambiente, pela seca e pela falta de água. Têm menos acesso aos modernos meios de comunicação e aos mercados internacionais.

Todos os objetivos respondem a uma pobreza que encontramos, a cada dia, lá onde vivemos – a fome, a AIDS, a desigualdade dos sexos diante da justiça...

Mas que podemos fazer para que os ODMs sejam realizados ?

Junto com os ODMs, os governos votaram uma lista de alvos concretos e indicadores mensuráveis, critérios de uma avaliação anual pedida aos governos pela ONU – publicada na Internet (se não os encontrarem, o Serviço Representações da AIC pode ajudá-las na busca). Após suas experiências, caso seu governo não se engaje na realização de um, vários ou todos os alvos e/ou não execute uma avaliação sincera, vocês são chamadas a verificar se suas experiências podem ser generalizadas, se o forem, unir-se a outros parceiros (Família Vicentina, ONGs, Igrejas), engajar-se com elas em ações de pressão, para que seu governo cumpra o que assinou, provar seu engajamento através de projetos modelos. É preferível concentrar-se sobre um só alvo, por vez ; a AIC escolheu tudo o que se refere às mulheres.

Peguemos um exemplo :

Após suas experiências, o governo não faz nada para melhorar a saúde das mães. Informem-se junto aos médicos, a outras ONGs, etc. Com especialistas, formulem um programa, para melhorar a situação, por exemplo, criar centros de cuidados, na região rural, acesso gratuito às mulheres pobres, melhor formação do pessoal, formação das mães e jovens. Com este programa, busquem parceiros, sobretudo ONGs nacionais femininas, mas também organismos internacionais como UNIFEM. Com eles, dirijam-se, por escrito, ao ministério, em questão, façam uma campanha de sensibilização, particularmente, junto às deputadas, ao grande público, às mídias, etc., insistindo sempre sobre o fato de que este objetivo foi assinado por seu governo.

Seu engajamento em um programa de formação de mães e filhas mostra que estão prontas a colaborar na realização deste alvo importante
Votre engagement dans un programme de formation

Na Conferência das ONGs em Nova Iorque, o Secretário Geral da ONU lançou um apelo emocionante à sociedade civil e às ONGs, a fim de reforçar seu engajamento pela realização dos ODMs pelos/e com os governos. Como respondemos a este apelo ?

Questões para o trabalho em grupo :

- As voluntárias de nosso grupo conhecem os ODMs ?
- Que pobreza e déficits mencionados encontramos no lugar ?
- Com quais projetos respondemos a estas pobreza e déficits ? Após nossas experiências, que fez nosso governo para atingir os alvos indicados ?
- Conhecemos os programas, decisões e respectivas leis ?
- Há um alvo especialmente importante para nós ?
- Como podemos contribuir para sua realização ?



Anne Sturm et Rose de Lima Ramanankavana à New York

Objetivos do milênio para o desenvolvimento

Objetivos e alvos (provenientes da declaração do milênio)	Indicadores para seguir os progressos
--	---------------------------------------

Objetivo 1. Eliminar a extrema pobreza e a fome

<p>Alvo 1. Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população, cujo rendimento é inferior a um dólar por dia</p> <p>Alvo 2. Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população, que passa fome</p>	<p>1. Proporção da população que dispõe de menos de um dólar (PPA) por dia</p> <p>4. Porcentual de crianças de menos de 5 anos que apresentam insufi. ponderável</p> <p>5. Proporção da população não atingida pelo nível mínimo de aporte calórico</p>
--	---

Objetivo 2. Assegurar uma educação primária para todos

<p>Alvo 3. De hoje a 2015, dar a todas as crianças, meninos e meninas, em todo o mundo, os meios de encerrar um ciclo completo de estudos</p>	<p>6. Isenção de taxas escolares no primário</p> <p>8. Tabelas de alfabetização dos 15 aos 24 anos</p>
--	--

Objetivo 3. Promover a igualdade dos sexos e a autonomia das mulheres

<p>Alvo 4. Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio de 2005 até 2015, se possível em todos os níveis de ensino</p>	<p>10. Tabelas de alfabetização das mulheres de 15 a 24 anos em relação aos homens</p> <p>11. Porcentual de mulheres assalariadas no setor não-agrícola</p> <p>12. Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres no parlamento</p>
--	--

Objetivo 4. Reduzir a mortalidade das crianças de menos de 5 anos

Objetivo 5 Melhorar a saúde materna

<p>Alvo 6. Reduzir em $\frac{3}{4}$, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna</p>	<p>16. Taxa de mortalidade materna</p> <p>17. Proporção de internações assistidas pelo pessoal de saúde qualificado</p>
---	---

Objetivo 6. Combater o HIV/AIDS, febre amarela e outras doenças

Objetivo 7. Assegurar um meio ambiente durável

Objetivo 8. Realizar uma parceria mundial para o desenvolvimento

III.6. A ação política internacional da AIC

Entrevista das representantes

Vocês são representantes da AIC. Primeiramente, em que consiste seu trabalho ? Cada uma de nós representa a AIC num organismo particular (ver quadro anexo) ; estes organismos internacionais são constituídos pelos representantes dos governos – ou da Igreja – e pelos funcionários. Cada um destes organismos têm seus domínios de competência, de onde decorrem os temas trabalhados. Atualmente, Os Objetivos do Milênio são um tema de preocupação comum, sobretudo quando se trata de lutar contra a pobreza. Em ligação estreita com estes organismos, existem equipes de trabalho que agrupam, regularmente, ONGs e aí se dá nossa intervenção. Nestes grupos, são as experiências de campo que constituem a base de nossas reflexões.

Vocês já expuseram projetos da AIC ? Sim, na organização de mesas redondas, propusemos a vinda de testemunhas da AIC.

Podem dar exemplos ?

- Em 2002, Uca de G. interveio na UNESCO sobre o projeto MUAVI : mulheres e violência no México ;
- Em 2004, Rose R. participou de mesas redondas no ECOSOC e na Unesco sobre a paternidade responsável, projeto que se endereça aos homens malgaches.
- Em 2005, Maritchu R. e Anna R. intervieram no Conselho da Europa e apresentaram o projeto de Milão sobre a integração das mulheres árabes através da cultura, assim como as ações conduzidas pela AIC-Espanha, em colaboração com Médicos Sem Fronteira, em Ceuta e Mellila.
- Cruz Maria de Leon pôde intervir no ECOSOC sobre a pobreza como violência feita às mulheres e, ultimamente, em dezembro, Anne S. interveio na Unesco sobre um projeto de microcrédito, nas Filipinas.

As representações da AIC

1) a título de ONG (Organização Não-Governamental) :

Nova Iorque

ECOSOC – Conselho Econômico e Social dos Estados Unidos , Sub-comitê para a erradicação da pobreza : *Madeleine Morrissey*

DPI/NGO Conferência: Comitê de ligação da ONU com as ONGs : *Madeleine Morrissey*

Genebra

Comissão/Conselho dos Direitos do Homem da ONU : *Ida Tomachu Soldini*

Paris

UNESCO, agência das Nações Unidas para a Educação, as Ciências, a Cultura e a Comunicação : Comissão Programática Luta contra a pobreza, Diálogo entre as culturas, Educação para todos, Educação para o desenvolvimento durável no meio urbano, Direitos do homem : *Véronique Vilaseca, Alette de Maredsous, Marie des Neiges Meis, Christine Desveaux, Solange Choppin de Janvry*

Estrasburgo

Conselho da Europa : Comitê Diretor para a infância e a família, Comissão Parlamentar dos negócios familiares e sociais, agrupamento « grande pobreza e coesão social » (presidência), Diálogo e solidariedade Norte-Sul : *Maritchu Rall*

Bruxelas

EAPN, Rede Européia de luta contra a pobreza : *Christine Desveaux*

2) a título de OIC (Organização Internacional Católica)

Roma

Conselho Pontifício Cor Unum, « O Conselho exprime a solicitude da Igreja católica em prol dos necessitados, a fim de que seja favorecida a fraternidade humana e de que se manifeste a caridade do Cristo »: *Anne Sturm*

Conferência das OICs : *Anne Sturm*

Centros Católicos de Genebra (ONU), Paris (UNESCO), Nova Iorque (ECOSOC)

e agrupamento de ONGs católicas em Estrasburgo (Conselho da Europa).

Rede Crescendo: *Françoise Gaudemar*

- « E cada ano, em 17 de outubro, Jornada Mundial da recusa da miséria, Maritchu R., sob supervisão do Conselho da Europa, organiza uma manifestação, em cooperação com as famílias despossuídas. (A maior parte destes eventos foi relatada no AIC-Info)

As voluntárias AIC podem ajudá-las em seu trabalho ?

Sim, sem nenhuma dúvida : nós esperamos as experiências de campo, conduzidas por 2 ou 3 anos, apresentadas « sob forma de projeto », segundo o método da AIC, com – e é muito importante – a avaliação dessas experiências. Nós esperamos também exemplos de « ações políticas » que vocês possam conduzir, local ou nacionalmente. Vocês poderão enviá-los, por e-mail, a Anne Sturm, responsável das representantes, e em cópia ao serviço projeto do secretariado. Endereço mail da Anne : anne.sturm@cityweb.de e do secretariado : service.projet@aic-international.org)

Nós esperamos também respostas aos questionários enviados pela AIC a pedido das representantes.

As ONGs que trabalham com estes organismos internacionais são convidadas a dar sua opinião seja coletiva ou individualmente, por ocasião de mesas redondas ou conferências. Vocês já influenciaram o texto final ?

Sim, já ocorreu que uma idéia da AIC fosse introduzida num texto ; isto se deu em 2005, na Declaração do Secretário Geral da ONU, sobre a violência contra as mulheres, quando Solange C. pediu que se mencionasse o papel das mídias na prevenção da violência contra as mulheres.

No Fórum sobre a Integração dos migrantes, organizado pelo Conselho da Europa, realizado em MESSINA, em novembro de 2005, a AIC redigiu uma recomendação de que se levasse mais em conta as mulheres migrantes.

E ainda no « Programa e Orçamento » da UNESCO 2005-2007, no qual Anne S. pediu que se integrasse a formação informal. De resto, foi por causa desta nova linha orçamentária que parte da Assembléia de Santo Domingo

pôde ser financiada. Quando temos possibilidade de fazer uma declaração própria da AIC, na plenária, nós a fazemos (Genebra 2000, Cúpula do Desenvolvimento Social+ 5). Nós passamos adiante as idéias da AIC, como por exemplo :

- nossas boas práticas, como o acompanhamento duradouro, que as voluntárias fazem, em relação às pessoas em dificuldade
- nossas linhas operacionais : corresponsabilidade, empowerment, trabalho em rede
- e seguramente nossa prioridade «mulheres e pobreza»

A dimensão espiritual de nossa ação influencia evidentemente as tomadas de posição da AIC, sendo, em particular, marcante no que concerne aos valores familiares e à atenção às pessoas mais pobres.

Que relatam à AIC em relação a todas estas trocas ?

Estamos em contato com representantes de ONGs do mundo inteiro, com as quais trocamos experiências, o que nos pode dar idéias... ou nos leva a conhecer outras ONGs, que fazem o mesmo trabalho que nós, por vezes, nos mesmos lugares. Comunicamos à presidência os temas e as grandes orientações dos organismos e a reflexão decorrente, ligada à nossa ação, como :

- os objetivos do milênio,
- a criação dum meio ambiente favorável às mulheres
- a liderança das mulheres
- o microcrédito

A que conclusão vocês chegariam ?

O que nos permite avançar é o engajamento das voluntárias junto aos pobres, nossa vontade é de agir juntas para fazer recuar a pobreza. Com a AIC, temos um mandato dos pobres : é essencial que fiquem no centro dos debates das políticas internacionais e que a AIC exerça uma ação política internacional, visando à melhoria de suas condições de vida, que eles, por si mesmos, ainda não o podem fazer.

Conclusão

Antes de encerrar este caderno, muito obrigada a todos os que participaram de sua elaboração pela reflexão, pelos exemplos enviados, pela redação, pelas traduções, pela paginação e pelo envio !

Vimos por que e como podemos agir, junto às instâncias de decisão, para mudar situações de pobreza e injustiça ; estas « ações políticas » feitas em grupo e em nome da AIC têm um peso particular, pois elas partem de situações concretas de pobreza, para as quais nós propomos melhorias, se possível, com os próprios beneficiários.

Mas cada uma de nós, fiel a suas convicções vicentinas, pode engajar-se pessoalmente como cidadã :

- Exprimindo, pelo voto, escolhas que possam assegurar uma política social, justa e solidária, aberta às expectativas dos mais pobres.
- Participando da vida política, no serviço da comunidade (assessora municipal, prefeita...).
- Envolvendo-se no serviço social pelos mais pobres.
- E permitindo a cada um participar do debate político pelo acesso à informação ou a um nível mais alto de instrução.

Fala-se aqui de sonho ou de caminho de ação ?

Associação Internacional das Cardidades

Uma associação essencialmente feminina organizada mundialmente, contando mais de 250 000 voluntárias em 50 países.

Fundada por S. Vicente de Paulo em 1617 para combater todas as formas de pobreza e de injustiça e para dar às mulheres um papel social ativo e reconhecido, dentro de um espírito de solidariedade.

Editora : Agnès Dandois

Tel.: 32 (0) 10 45 63 53

mail: info@aic-international.org

www.aic-international.org

Assinatura por 1 ano :

10 Euro

10 US Dollars

Na conta de sua associação nacional AIC

Colaboraram neste número:

Redação :

Mage Artero

Laurence de la Brosse

Patricia de Nava

Maritchu Rall

Rose Ramanankavana

Any Rodriguez Blanco

Anne Sturm

Traduções :

Eunice Martins

Paginação :

Béatrice Dupriez

Já publicado:

Empowerment (nº1)

Cooperação (nº2)

Identidade da AIC (nº3)

Aplicação das linhas (nº4)

Com os pobres(nº5)

Mulheres e pobreza (nº6)